

# Produzir algodão e castanha de caju não é favor é ordem do Estado



Quando o administrador vê um cajueiro queimado ou no mato não fala, toma medidas. Quando encontrar um aldeão que faltou à machamba não fala, toma medidas — Gaspar Dzimba

**POR SALOMAO MOYANA,  
CORRESPONDENTE DA AIM EM NAMPULA,  
EXCLUSIVO PARA A «TEMPO»**

A partir da campanha agrícola que se avizinha cada família camponesa da província de Nampula deverá ter preparado quatro hectares de terreno para semear obrigatoriamente algodão, castanha de caju, milho, mandioca, amendoim, feijão e mapira.

Em adição a isso, cada família disporá, anualmente, de outros três hectares para permitir a rotação de culturas a fim de se evitar o cansaço de solos.

Por outro lado, populações actualmente em aldeias comunais longe das vias de comunicação e, em certos casos, longe das terras férteis e cajuais, deverão ser removidas e posicionadas ao longo

das vias de comunicação, terras férteis e cajuais, garantindo deste modo maiores possibilidades de elevação de índices de rendimento na agricultura ao mesmo tempo que a ocupação das bermas das

estradas e ferrovia impedirá a proliferação das acções inimigas naqueles locais.

Para a demarcação de terras e controlo do trabalho em cada hectare, já existem capatazes (antigos enquadradores agrícolas) cuja missão é agora obrigar pessoas a trabalhar na sua própria machamba para a sua própria subsistência e auto-suficiência.

Acredita-se que o sucesso deste empreendimento provincial depende fundamentalmente da direcção política efectiva dos administradores distritais e de posto administrativo sobre quem recai a tarefa de ir ao pormenor da execução destas decisões.

Estas e outras medidas foram tomadas pelas sessões do Comité do Partido, Assembleia e Governo Provinciais de Nampula, em Agosto, estão neste momento sendo divulgadas pelo Governador Gaspar Dzimba em visitas de trabalho que realiza a empresas, aldeias comunais e machambas privadas de vários distritos daquela região de Moçambique.

A AIM acompanhou o dirigente de Nampula nas suas recentes deslocações a aldeias comunais, localidades e postos administrativos dos distritos de Monapo e Meconta, e tomou nota do conteúdo fundamental das intervenções e preocupações daquele governante em relação ao campo.

## TRABALHO DURO

Ele trabalhou nas unidades de produção da Empresa do Algodão de Nampula, situadas em Monapo e Meserepane. Esteve na companhia Industrial do Monapo e na fábrica de descaroçamento e prensagem de algodão em Monapo.

Trabalhou no posto administrativo de Nétia e nas aldeias comunais de N'Tonhane, Mecutine 2 e Namatato. Visitou a serração da Empresa de Madeiras de Nampula, em Nétia, fez reuniões restritas e públicas e partiu para o distrito de Meconta onde foi verificar o trabalho dos camponeses das aldeias comunais «Eduardo Mondlane», «25 de Setembro» «Muathunaca» e da localidade de Nacavala antes de trabalhar em Namialo com a Empresa do Algodão de Nampula, esse monstro acossado de inúmeros problemas de «Saúde».

Gaspar Dzimba admite que do-ravante o trabalho será duro e pe-noso «mas só assim é que se con-seguem frutos saborosos». Contudo, o objectivo das medidas toma-das pelos órgãos provinciais é reactivar tanto a produção de al-godão e castanha de caju como doutros produtos cuja produção baixou substancialmente nos últi-mos anos, não obstante, a fertili-dade do terreno em Nampula.

«Quando cantar o primeiro galo todos devem acordar na aldeia. Quando cantar o segundo todos devem partir para a machamba. Quando cantar o terceiro, todos já

devem estar curvados sobre a ter-ra com as respectivas enxadas. Os capatazes devem controlar as pre-senças lá na machamba. Os ca-patazes devem marcar uma me-ta diária para cada um dos que estão na machamba. Ao meio-dia não se regressa à aldeia. Come-se lá na machamba. A refeição po-derá ser mandioca ou xima (fari-nha de milho). Depois da refeição o trabalho deve continuar. Apenas ao pôr do sol é que as pessoas de-



«O Partido, a OMM, a OJM e outras es-truturas não podem passar a vida a fazer reuniões. Devem ir à machamba e a ma-chamba das estruturas deve ser a melhor. A machamba do secretário da aldeia deve ser a maior de todas» — Gaspar Dzimba

vem começar a regressar à aldeia», disse Gaspar Dzimba, ao dialogar com os camponeses em vários pontos por onde passou.

Disse que durante a semana não pode haver reuniões na aldeia co-munal. «O Partido, a OMM, a OJM e outras estruturas não po-dem passar a vida a fazer reu-niões. Devem ir à machamba e a machamba das estruturas deve ser a melhor. A machamba do se-cretário da aldeia deve ser a maior de todas».

## COMPRA DE PRODUTOS SÓ COM SENHA

Gaspar Dzimba clarificou que «produzir algodão e castanha de caju não é favor, é ordem do Es-tado. O Governador não pede fa-vor, dá ordem para todos produ-zirem algodão, limparem os cajuei-ros e apanhar a castanha para vender e receber capulana e sa-bão». Acrescentou que «quando o administrador vê um cajueiro

queimado ou no mato não fala, toma medidas. Quando encontrar um aldeão que faltou à macham-ba não fala, toma medidas».

Precisou que para desempenhar correctamente a sua função o ad-ministrador deve deixar de ser «camarada administrador» para passar a ser «senhor administra-dor» porque «a palavra do admi-nistrador é uma ordem». Por isso, «o administrador não pode ir à machamba de balalaica, deve ir de botas, camisa ou farda de traba-lho porque ele não vai visitar a machamba, vai trabalhar na ma-chamba».

Gaspar Dzimba reconheceu que «alguns reagirão a estas medidas dizendo que isto já é trabalho for-çado. Sim é trabalho forçado para você vestir e comer bem. É for-çado para você ter o bem-estar que há muito deseja».

Advertiu que «quem andar a fazer exposições para o Governa-dor a caluniar os administradores por causa da aplicação correcta destas medidas, não aceitarei. Mandarei averiguar, sim senhor, mas se o queixoso não tiver razão tomarei medidas muito duras em relação a esse indivíduo porque o objectivo dele é sabotar a produ-ção e promover a preguiça».

Explicando a nova metodologia da comercialização de algodão e castanha de caju, Gaspar Dzimba informou que a partir da campa-nha que se prepara ao vender o algodão e castanha ao Estado os camponeses não receberão direc-tamente a roupa, sabão e outros bens de incentivo. Eles vão rece-ber uma senha através da qual irão à loja comprar os produtos de incentivo a que têm direito. Es-ta metodologia conduz à introdu-ção ou reintrodução de «caderne-ta do produtor de algodão ou cas-tanha» que é uma caderneta de inscrição do camponês numa de-terminada campanha agrícola. Is-to poderá evitar as dificuldades com que se debate o Estado ao pretender comprar algodão e ven-der bens de incentivo ao mesmo tempo.

## REORGANIZAR A POPULAÇÃO

Está largamente difundido na província de Nampula o princípio

de que «quem produzir algodão ou castanha de caju, terá açúcar, sabão, roupa e tudo o que necessitar» e é verdade, dadas as quantidades de bens de incentivo que o Governo moçambicano faz esforço de destinar a Nampula para angariar a produção daqueles dois produtos estratégicos.

Falando especificamente sobre a baixa de produção de castanha de caju, Gaspar Dzimba aponta que uma das causas que para isso concorre são as queimadas e abates indiscriminados de cajueiros por parte das populações e de elementos das forças armadas (estes à procura de maior visibilidade para a localização do inimigo enquanto que aquelas fazem-no à busca de lenha).

Outra causa apontada por Gaspar Dzimba é o facto de as actuais aldeias comunais terem sido construídas longe dos locais onde anteriormente viviam as populações junto dos seus cajuais. Aconteceu que ao saírem das antigas residências as populações abandonaram os cajueiros, os quais ficaram no mato. Daí que «a castanha que hoje se entrega à fábrica está picada e é de má qualidade porque os donos dos cajueiros abandonaram-nos no mato», disse uma vez o Governador. Portanto, «todos os postos administrativos, localidades e distritos devem reorganizar a população de modo a povoar-se as bermas das estradas e das linhas férreas». Fazendo assim «voltaremos a ocupar os cajueiros abandonados lá onde estávamos», enfatizou.

Além da ocupação das bermas das vias de comunicação a nova organização das populações terá que obedecer ao critério de «boa terra e água», isto é, não basta que determinado local seja «berma de via de comunicação» para ali se colocar a população, é necessário que tal local tenha boa terra e água para permitir maior produtividade e para contribuir na diminuição da distância que o camponês percorre para chegar à machamba.

Ainda em implementação das medidas do Comité e Assembleia Provinciais de Nampula, o Governador local decidiu suspender, por agora, o fabrico de óleo alimentar

com a semente de algodão, isto para que toda a semente disponível seja encaminhada à campanha agrícola 86/87, em preparação.

### EM TEMPO DE CAMPANHA NÃO HÁ VIAGENS

«Quando começar a campanha agrícola é proibido viajar. Ninguém deve sair em viagens ora para Nacala, ora para ir assistir a casamentos em Nampula, ora para ir visitar um cunhado em Namapa, tudo isso em prejuízo da produção agrícola», determinou o Governador nas aldeias e localidades que visitou.

Adiantou que aquelas medidas são extensivas a todos os distritos da província e que onde ele não chegar serão os administradores distritais a divulgá-las. Informou que para alguém viajar na província deverá ser possuidor de uma guia de marcha, cuja emissão obedecerá a critérios novos.

Disse que a nível distrital a guia deverá ser passada pelo próprio Administrador e, na sua ausência, pelo Director Distrital de Apoio e Controlo ou pelo chefe da secretaria do Conselho Executivo Distrital.

A nível de posto administrativo a guia de marcha deverá ser passada apenas pelo administrador de posto. «O secretário da aldeia já não deve passar a guia de marcha. Deve apenas passar um papel para o cidadão ir apresentar-se ao Posto Administrativo ou ao Conselho Executivo Distrital a fim de obter a sua guia», disse.

Sublinhou que essa guia apenas poderá ser passada «em casos extremamente justificados e, mesmo assim, o requerente da guia tem de comprovar que já pagou o imposto, que já fez a tropa (caso esteja em idade militar) e que já cumpriu a sua meta atribuída pelos capatazes».

Por outro lado, a guia vai passar a custar dinheiro. «Ainda não sabemos quanto vai custar, se serão cinco, dez ou vinte meticais, ainda não sabemos mas vai custar dinheiro porque nada é de graça».

O dirigente de Nampula precisou que as crianças em idade es-

colar só terão guias quando acompanhadas pelos pais ou pelos encarregados de educação, os quais justificarão a necessidade de o menor se deslocar.

«Os motoristas estão proibidos de dar boleias a pessoas que não têm guias de marcha. Se algum motorista for encontrado com pessoas sem guia de marcha, primeiro apanha uma multa muito pesada. Se for apanhado pela segunda vez ser-lhe-á retirada a carta de condução se for motorista de um organismo estatal e, ser-lhe-á arrancado o carro se for privado ou motorista do privado», determinou o Governador.

### TODOS TEM QUE TRABALHAR

Gaspar Dzimba fez notar em todas as suas intervenções que o horário do comércio no campo está a obedecer cegamente aos horários das cidades, o que não é positivo no entender do Governador porque impede a produção ao fazer com que as pessoas se sintam constantemente pressionadas a ir à loja a ver se o produto tal já apareceu ou não. Disse que doravante as lojas apenas poderão abrir as suas portas caso tenham algum produto para vender e, mesmo assim, «não devem abrir todo o dia. O horário das lojas no campo tem de combinar com a hora em que os camponeses já regressaram da machamba, isto para evitar que as pessoas continuem aglomeradas em lojas vazias em prejuízo da produção agrícola».

Na província de Nampula os sectores estatal e privado ressentem-se neste momento da falta de mão-de-obra na agricultura. Este problema é particularmente sensível na cultura de algodão onde a mão-de-obra que se apresenta exige dos seus empregadores comida, roupa, sabão, petróleo e outros bens que, geralmente, não se encontram ao alcance das entidades empregadoras. O resultado disso e outras situações é que hoje a produção de algodão na província baixou drasticamente em parceria com as produções de sisal, girassol, tabaco e mesmo de madeiras.

O Governador Dzimba tem-se referido a este ponto com certa



Uma das causas para a baixa de produção de castanha de caju é a prática de queimadas e abates indiscriminados de cajueiros

insistência e conclui, em público, que «na província de Nampula, com cerca de 3 milhões de habitantes, nunca pode haver falta de mão-de-obra para o trabalho agrícola».

Para ele o que falta é o pulso dos administradores para pôr a boa parte desses 3 milhões a trabalhar a terra. Por isso, ele informou que de agora em diante compete aos administradores tanto de posto como de distrito recrutar mão-de-obra para todas as empresas estatais e privadas que tiverem necessidade de trabalhadores.

«Todos os organismos que tiverem necessidade de mão-de-obra sazonal devem entregar listas das suas necessidades aos administradores de posto administrativo e de distrito e estes vão recrutar a mão-de-obra precisa porque no território de cada administrador há muita gente que não faz nada», disse o Governador antes de frisar que «quando um elemento é recrutado deve saber para onde vai trabalhar, quanto vai receber e quanto tempo há-de durar o trabalho».

De acordo com o dirigente as obrigações dos organismos empregadores em relação aos trabalhadores recrutados são: dar-lhes alimentação, uma barraca para viver durante o contrato e salário normal.

## FÉRIAS DE DIRIGENTES SÓ APÓS CAMPANHA AGRÍCOLA

Sublinhou que os trabalhadores recrutados devem cumprir o trabalho sem cometer faltas, «se a loja da empresa tiver alguns produtos o trabalhador deve beneficiar desses produtos mas nunca deve exigir capulanas, sabão, arroz, petróleo e outros produtos como condição para ele poder trabalhar. Isso deve acabar. Todos devem trabalhar primeiro e depois receber de acordo com o seu contrato de trabalho».

Disse que o trabalhador recrutado que fugir do trabalho, deve ter o nome levado ao administrador para este ordenar aos milicianos para procurarem por ele e penalizá-lo.

Quando transmitia estas medidas nas aldeias comunais o Governador fazia-o em diálogo com os aldeões, os quais colocaram algumas questões e dúvidas sobre a implementação destas decisões.

O esclarecimento era feito usando várias figuras de comparação partindo da realidade dos próprios camponeses. Houve entusiasmo e espanto em várias comunidades rurais. Entusiasmo de saber que «as medidas vão acabar com os preguiçosos e vão permitir maior atenção para aqueles que realmente produzem», dizia um camponês

da aldeia comunal Mecutine 2, em Monapo.

Espanto porque «nunca ouvimos um dirigente a ser tão directo e duro», conforme se pronunciava outro camponês radicado na aldeia comunal Mecutine 2, em Monapo.

Em Nacavala, distrito de Mecutina, foi onde mais se evidenciou o sentimento popular quando dois camponeses informaram o Governador que estavam muito satisfeitos com a ideia de se povoar terras férteis pois «aquí onde vivemos, estamos longe dos bons terrenos, portanto temos que percorrer longas distâncias para chegar às nossas machambas».

O Governador, regressado da visita, disse aos quadros do Governo Provincial que «é preciso corresponder ao entusiasmo das populações, é preciso aproveitar a preparação desta campanha agrícola para elevar, de facto, os índices de rendimento de várias culturas».

«Este ano não vamos passar férias todos nós, quadros dirigentes da província. As nossas férias serão depois da campanha agrícola 86/87», disse o Governador Gaspar Dzimba.

Esses quadros dirigentes da província são os directores provinciais, os administradores distritais e outros elementos com responsabilidade a nível provincial.

O dirigente diz que só com trabalho duro é possível reactivar a produção e disciplinar os trabalhadores.

De facto, a movimentação de quadros na província é enorme, toda a gente está em via de fixar residência nos distritos onde se prepara a campanha agrícola. Aqueles que se deslocam ao serviço das Eleições Gerais levam o recado de verificar a implementação das decisões sobre a preparação da campanha agrícola e de comercialização de castanha de caju.

A acontecer o cumprimento integral das decisões dos órgãos provinciais, não há dúvidas, a produção vai subir substancialmente e a fome que hoje se sente em Nampula vai começar a descer juntamente com a nudez, que nas zonas rurais, constitui a maior vergonha de Nampula. □